

40º Encontro Anual da ANPOCS

ST21 Partidos e sistemas partidários

Partidos políticos, representação de interesses e o financiamento político dos Deputados Federais

Tiago Daher Padovezi Borges (UFSC)

1. Introdução

O presente texto apresentará um esforço exploratório de investigação das doações feitas pelos partidos aos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2014, buscando compreender características de sua distribuição e como o fenômeno tem ocorrido em duas importantes bancadas suprapartidária: os “evangélicos” e os “sindicalistas”. Assim, a preocupação que norteará as páginas seguintes reside nas estratégias partidárias na alocação de seus recursos financeiros, incidindo em temas centrais nos estudos partidários, como a relevância dos partidos no sistema político brasileiro e o modo como eles se relacionam com as candidaturas vinculadas a determinados interesses sociais.

Além de uma máquina destinada a conquistar votos, o partido será compreendido também como um meio de conexão de determinados grupos e organizações sociais com o sistema político. Como sustenta Giovanni Sartori, em sua clássica definição, os “partidos são canais de expressão. Isto é, pertencem, em primeiro lugar e principalmente aos meios de representação: são instrumentos ou uma agência, de representação do povo, expressando suas reivindicações” (SARTORI, 1982, p. 48). Entretanto, longe de se constituírem como meros canais comunicativos, eles também podem ser vistos como dotados de autonomia na organização das “vozes”, sendo fundamental compreender o modo como tal “agência” ocorre nas democracias contemporâneas, como lideranças promovem a incorporação de determinados grupos no sistema político¹.

Aqui, a “agência” do partido será investigada a partir de um poder que tem se concentrado nas mãos das lideranças partidárias: os recursos financeiros. Tratado por muitos como “doações ocultas”, as contribuições feitas diretamente aos partidos cresceram significativamente, sendo a principal fonte de recursos das candidaturas: de 11% do montante total de doações aos candidatos, para 46% em 2014 (BORGES, 2016). Também é importante destacar o crescimento do fundo partidário, que tem levado a alguns analistas a observarem uma tendência de aproximação dos partidos em relação ao Estado (BRAGA, BOURDOUKAN, 2009; RIBEIRO, 2013; KRAUSE, REBELLO, SILVA, 2015). Portanto, é possível afirmar que, em 2014, os partidos adquiriram uma

¹ Como sustenta o autor, “A expressão não é vista apenas como uma transmissão de mensagens. Se o problema era de manterem-se as autoridades informadas quanto ao sentimento dos cidadãos, então ele poderia ser resolvido pela institucionalização de pesquisas de opinião. Mas o problema é, ao contrário, engrenar as vozes dos cidadãos num mecanismo de retaliação e imposição” (SARTORI, 1982, p. 80).

quantidade significativa de recursos financeiros e se tornaram atores centrais nas campanhas eleitorais, sendo importante indagar como tais recursos foram alocados e qual a relação com os interesses organizados representados nas candidaturas.

Na primeira parte, apresentarei uma breve discussão a respeito do modo como o financiamento político foi abordado pela literatura, em que serão destacadas as preocupações gerais do presente trabalho, que se vinculam ao debate relativo à consolidação dos partidos políticos no sistema político brasileiro. Após a exposição das preocupações teóricas, será feita uma análise das doações dos partidos políticos aos candidatos em duas etapas. Na primeira, o objetivo é realizar uma leitura geral das distribuições das doações tanto entre o total de candidatos quanto entre apenas os eleitos. Em seguida, será analisado o papel das doações em dois importantes grupos suprapartidários: a bancada “evangélica” e a “sindical”. Como ficará claro, trata-se de um estudo ainda em estágio preliminar, que privilegiará uma análise descritiva para oferecer algumas evidências para esforços explicativos futuros.

2. Partidos políticos, financiamento e grupos de interesse

É inegável o crescimento da produção a respeito do financiamento de campanhas sobre o caso brasileiro, um avanço marcado por grande heterogeneidade de preocupações a respeito do fenômeno (MANCUSO, 2015). De modo geral, tratam-se de estudos que tem se voltado majoritariamente para a investigação da conversão de recursos em políticas públicas (SANTOS et al, 2015; BOAS et al, 2014; MELLO, 2008; CLAESSENS et al, 2008; SANTOS, 2011; SANTOS, 2014), além de mensurar a influência dos gastos e doações nos resultados eleitorais (CERVI, 2010; SPECK, SACHHET, 2012, SPECK, MANCUSO, 2014; MANCUSO, SPECK, 2015). O foco dessa produção é a “pedra de toque” dos temores que envolvem a entrada de recursos na política: a influência desigual e a subversão de princípios de igualdade formal das democracias contemporâneas². Assim, em tal conjunto de estudos, a discussão se torna mais em revelar padrões e relações de tensão entre o poder econômico e as pretensões democráticas. Como Adam Przeworski

² Aqui, se sobressai a preocupação com a influência, que pode ser exemplificada a partir da seguinte passagem de Adam Przeworski: “Democracy is a mechanism that treats all participants equally. Nevertheless, when unequal individuals are treated equally, their influence over collective decisions is still unequal” (PRZEWORSKI, 2010, p. 92)

sustenta, “legally or not, money infiltrates itself into politics in ways that are intended to be opaque. Moreover the mechanism through which financial resources affect policies are difficult to identify even when the information is available” (2010, p. 93). Logo, o desafio de tais estudos tem sido revelar e se aprofundar na compreensão dessas “relações opacas”, que dificultam o funcionamento igualitário da democracia brasileira.

É possível identificar uma outra preocupação em relação ao tema do financiamento, que incide diretamente na consolidação dos partidos e dos sistemas partidário³. Mesmo não sendo negligenciada, a “influência” do dinheiro nas campanhas seria resultado de amplas transformações dos sistemas políticos, que experimentaram modificações nas estruturas dos partidos e de seus vínculos com a sociedade. Preocupados com o desenvolvimento das democracias e da representação partidária nos países europeus, alguns autores mobilizaram temas como a institucionalização dos sistemas partidários, as crises das organizações e o processo de cartelização da competição⁴. Tratam-se de tópicos que incidem não apenas na estrutura dos partidos, como também nos dilemas financeiros enfrentados pelos partidos em suas atividades internas e nas campanhas eleitorais. Assim, a discussão a respeito da entrada dos recursos financeiros (privados e públicos) aparece vinculada tanto às transformações das máquinas partidárias quanto à necessidade em competir por votos em um ambiente político de crescente incerteza para os partidos políticos.

Em uma discussão a respeito da queda das taxas de filiação e identificação partidária a partir da segunda metade do Século XX, autores como Kirchheimer (1966) e, posteriormente, Mair e Katz (1995) apontam efeitos significativos no modo como os partidos financiam suas atividades. De modo geral, a preocupação em relação aos recursos envolve tanto a relação com os grupos sociais quanto o crescimento da demanda, proporcionado pela competição eleitoral e por transformações significativas nos meios de comunicação de massa e na estrutura social. Como sustenta Alan Ware,

³ Um importante estudo que se vincula claramente às preocupações relativas à consolidação dos sistemas partidários Rosa Mulé (1998), que explora os modelos de financiamento atrelados aos diferentes arranjos organizacionais dos partidos políticos.

⁴ É possível identificar esse debate em estudos como os de Max Weber, Maurice Duverger, Sigmund Neumann, Otto Kirchheimer, Peter Mair e Richard Katz, que exploram os desafios financeiros dos partidos políticos em seu processo de desenvolvimento, em um debate claramente vinculado às preocupações relativas a integração do eleitorado nos sistemas políticos e de estabilidade e institucionalização dos sistemas partidários.

“(...) the very acting of competing with other parties is likely to drive up the demand for money. Particularly, in election campaigning the desire to do well at the next election may well lead party elites to the conclusion that a necessary condition for doing so is spending more and thereby increase the party among voters” (WARE, 1998, p. 231).

Uma importante transformação verificada, que incide diretamente nos padrões de financiamento dos partidos, é a aproximação verificada entre os partidos e o Estado. Trata-se do processo de cartelização da competição política, que se torna vinculada a poucos partidos, cada vez mais dependentes de recursos do Estado. Para Katz e Mair, é possível identificar um acentuado distanciamento dos partidos de grupos sociais e uma constante aproximação e consequente dependência de recursos do Estado, que se verifica quando se observa o crescimento da importância do dinheiro público nas contas partidárias⁵. Assim, o “partido cartel” torna-se um modo de reduzir as incertezas na arena eleitoral e, principalmente, de sobrevivência organizacional do partido, tendo como principal efeito o maior distanciamento em relação ao conjunto dos eleitores:

“(...) the state (...) becomes a fount of resources through which these parties not only help to ensure their own survival, but through which they can also enhance their capacity to resist challenges from newly mobilized alternatives” (1995, p.106)

Assim, a discussão sobre o financiamento assume contornos distintos, indicando o quanto os sistemas partidários têm construído laços com eleitores, com grupos de interesse e com empresas. Trata-se menos de olhar a influência desigual e mais em observar a constituição de laços sólidos setores da sociedade, em um debate vinculado à constituição de sistemas partidários representativos da sociedade. Nessa abordagem, a discussão sobre a relação das estruturas partidárias ganha maior atenção, vistas como responsáveis por facilitar ou constranger a entrada de determinados grupos em suas atividades, além de vivenciarem efeitos de transformação que se processam na sociedade. Portanto, identifica-se maior foco em como os partidos tem enfrentado os desafios

⁵ Como definem os autores: “ (...) the concept of the “cartel party” was first proposed as a means of drawing attention to patterns of interparty collusion or cooperation as well as competition, and as a way of emphasizing the influence of the state on party development. The cartel party is a type that is postulated to emerge in democratic polities that are characterized by the interpenetration of party and state and by a tendency towards inter-party collusion.” (2009, p. 755).

impostos pela competição eleitoral (e por outros fatores), sendo vital para se pensar em suas estratégias em relação aos candidatos.

Em relação ao debate brasileiro, a discussão se volta para a influência das instituições eleitorais na consolidação dos partidos políticos. Em um primeiro momento, a relação que os partidos estabelecem com financiadores de campanha é semelhante da verificada com eleitores, com a inexistência de sólidos vínculos entre partidos e doadores privados. Como Maria D’Alva Kinzo aponta, “elections campaigns in Brazil are expensive and candidate-oriented” (1998, p. 126). Tal característica é também identificada nos estudos de David Samuels (2001a, 2001b, 2002, 2006), que mostra como o sistema político brasileiro expressou também no financiamento político o personalismo existente em outras arenas. Para o autor, o mecanismo de lista aberta, combinado com a alta magnitude dos distritos, proporcionaria conflitos intrapartidários não apenas por votos, mas também por recursos financeiros:

“The electoral system generates incentives for Brazilian candidates to worry first and foremost about beating out their list-mates for a seat; obtaining more votes than other parties' candidates becomes a secondary concern” (SAMUELS, 2001a, p. 100).

Trata-se de uma percepção hegemônica de nossa representação política até o início do atual século, que encontra correspondência nos trabalhos de Samuels a respeito do financiamento de campanhas no Brasil: os partidos teriam escassa relevância nas estratégias de conquista e distribuição de recursos. Como sustenta Scott Mainwaring, “(...) as campanhas eleitorais são caras no Brasil, e a quase totalidade dos fundos é arrecadada pelos próprios candidatos junto a empresas, grupos de interesse ou pessoas físicas” (MAINWARING, 2001, p. 195). Assim, identifica-se uma correspondência da tese de fragilidade dos partidos na arena eleitoral com a que se dá na conquista de recursos para as campanhas. Dada as regras do sistema eleitoral, os candidatos não teriam incentivos para qualquer coordenação partidária, sendo as organizações meros receptáculos de passagem dos políticos individuais, com suas desconectadas campanhas eleitorais.

Destoando de tal percepção, é possível identificar estudos recentes que identificam maior centralidade nos partidos na conquista de recursos. (PEIXOTO, 2010; BORGES, 2013 e 2016; SPECK, MANCUSO, 2015; KRAUSE, REBELLO, SILVA, 2015). De certo modo, nesses trabalhos, é possível identificar diferenças significativas

entre os partidos em relação a dependência de recursos privados e públicos em suas campanhas eleitorais e demais atividades. Por exemplo, Silvana Krause et al (2015), mesmo apontando características em todo sistema partidário brasileiro, destaca importantes diferenças entre os partidos, no que se refere às fontes de recursos: embora a presença de recursos de empresas e do fundo partidário serem predominantes na maior parte dos partidos, nota-se um crescimento distinto no PT, no PSDB, no PMDB e no DEM. Ou seja, cada partido possui especificidades organizacionais e oferecem resistências distintas para determinados efeitos, como as regras eleitorais ou mesmo processos de aumento da importância dos recursos estatais.

Em relação às campanhas eleitorais, alguns estudos notam um peso mais elevado das doações de empresas aos candidatos do PSDB, quando se compara, principalmente, com os petistas (SPECK, 2012; BORGES, 2013). Em outro estudo (BORGES, 2013), identifiquei que tal diferença seria explicada por padrões distintos de recrutamento, com a presença mais acentuada de candidaturas do PSD mais próximas do setor empresarial. Assim, destoando de abordagens que mostram padrões uniformes de comportamento, é possível localizar esforços recentes de destacar especificidades no financiamento político dos principais partidos políticos brasileiros. De modo geral, a preocupação com a consolidação da representação política no Brasil persiste, mas é possível identificar um esforço de ver um fenômeno complexo, permeado por heterogeneidades, que podem ser explicadas por especificidades organizacionais.

3. O dilema organizacional e o problema geral

Assim, os partidos serão destacados como centrais na compreensão do financiamento de campanhas eleitorais, em um esforço que se insere no debate relativo à sua centralidade na circulação de recursos e na intermediação de interesses. Como fica claro, o esforço das páginas seguintes traz tanto o debate sobre os efeitos das instituições eleitorais quanto, principalmente, a discussão a respeito das especificidades organizacionais dos partidos políticos brasileiros. O problema que se coloca é de como os partidos distribuíram seus recursos aos candidatos para Deputado Federal, em 2014, o que nos leva a destacar um pressuposto em relação às organizações partidárias, pensadas como estruturas enfrentam desafios proporcionados por dinâmicas internas e ambições externas.

De um lado, os partidos precisam lidar com dilemas referentes ao “mundo externo”, como a competição por eleitores e a busca por recursos para a sobrevivência organizacional e para custear as campanhas. Como aponta Angelo Panebianco, “(...) o dinheiro é indispensável para a vida e o funcionamento de qualquer organização” (2005, p. 69). Entretanto, o modo como cada uma lida com tal problema possui variações significativas. É possível afirmar que os partidos lidam tanto com demandas de êxito eleitoral, quanto com as restrições geradas por traços internos, como a distribuição de poder, a presença de grupos e as imagens criadas pelos líderes. Como sustenta Angelo Panebianco,

“(..) nas suas relações com o mundo externo, toda organização será impulsionada, ao mesmo tempo, em duas direções contrárias: será tentada a colonizar seu próprio ambiente por meio de uma estratégia de domínio, mas também a pactuar com ele por meio de uma estratégia de adaptação. Que prevaleça uma ou outra estratégia e em que medida (...), depende de como a organização resolveu ou costuma resolver os outros dilemas organizativos” (PANEBIANCO, 2005, p. 24)

Partindo de tal pressuposto, o problema caminha no sentido de investigar especificidades dos principais partidos brasileiros na alocação de recursos dos comitês. É possível afirmar que as doações feitas pelos partidos representam um resultado da interação de três atores: os partidos e suas lideranças, os financiadores privados e os candidatos. Em tal interação, o partido é peça vital na circulação de recursos, recebendo doações privadas e realizando doações aos candidatos. Assim, destoando de interpretações mais pessimistas a respeito de sua relevância na realidade institucional brasileira, parte-se de um protagonismo dos partidos políticos na distribuição de recursos de campanha.

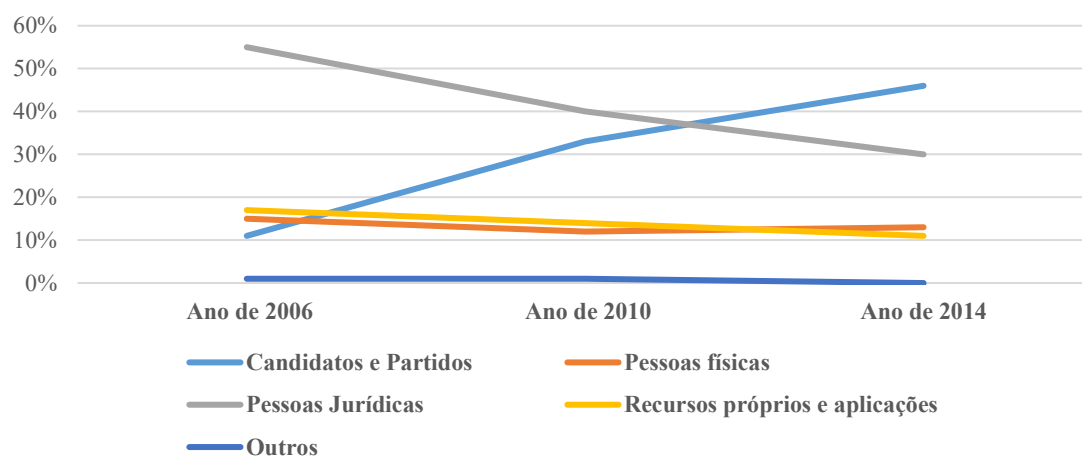
4. Financiamento partidário e as candidaturas para Deputado Federal em 2014

A investigação empírica se deterá nos dados de receitas para os candidatos para Deputado Federal, em 2014. A preocupação do presente texto é relativa a distribuição de recursos dos partidos e candidaturas, em que será explorada as estratégias relativas aos partidos políticos de alocação de recursos. Como já afirmado, é importante destacar que, nos últimos anos, verifica-se um crescimento significativo da centralidade dos partidos

no financiamento político, destoando das teses e do ambiente retratado por David Samuels. Com o crescimento das doações realizadas diretamente aos partidos e do progressivo aumento do fundo partidário, as lideranças e estruturas partidárias se transformaram em vetores de circulação de grande parte dos recursos.

O Gráfico 1 mostra a evolução do peso de cada fonte de recursos nas receitas das candidaturas a partir de 2006.

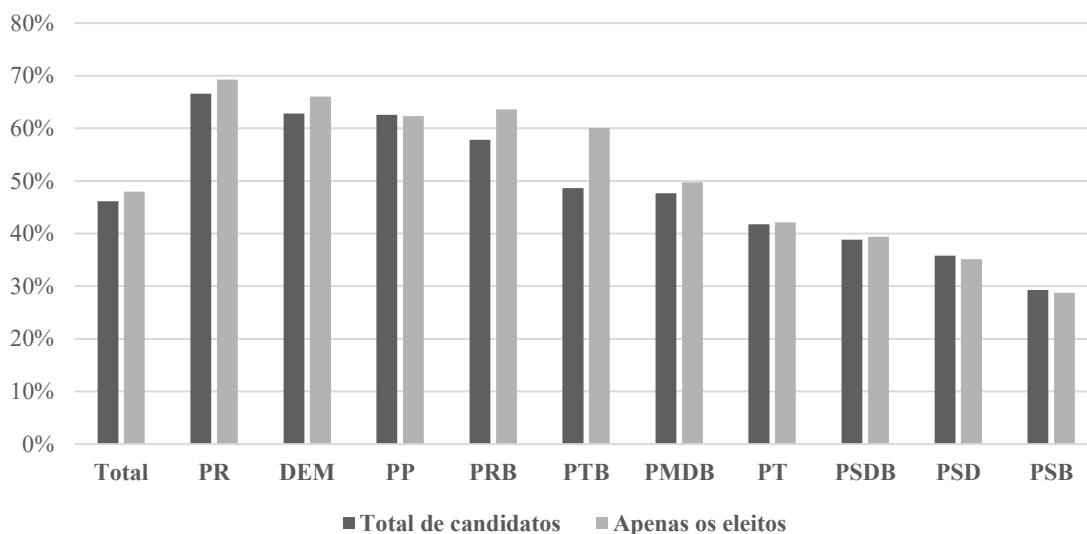
Gráfico 1 - Receitas dos candidatos a Deputado Federal e as fontes de recursos



Como fica evidente, os partidos tiveram um crescimento do peso nas contas dos candidatos, algo que destoa de anos anteriores, em que se verificava um volume maior de recursos de doações diretas de empresas aos candidatos. Os recursos de pessoas jurídicas passaram de 55%, em 2006, para 30%, em 2014; já os partidários, de 11% para 46%. Apesar de tal dado poder indicar um crescimento de uma estratégia de ocultação de laços entre empresas e candidatos, partirei do pressuposto de que o poder das lideranças dos partidos cresceu significativamente, sendo fundamental observar como são alocados os recursos, as estratégias envolvidas e, posteriormente, como candidaturas vinculadas a determinados interesses têm sido investidos pelos partidos políticos.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos percentuais por partido, com os valores entre o total dos candidatos e apenas entre os eleitos. Para facilitar, foram incluídos os dez partidos que mais deputados federais elegeram em 2014. Ou seja, entre as receitas dos candidatos, qual é o peso das doações partidárias, quando separamos os candidatos por seu respectivo partido?

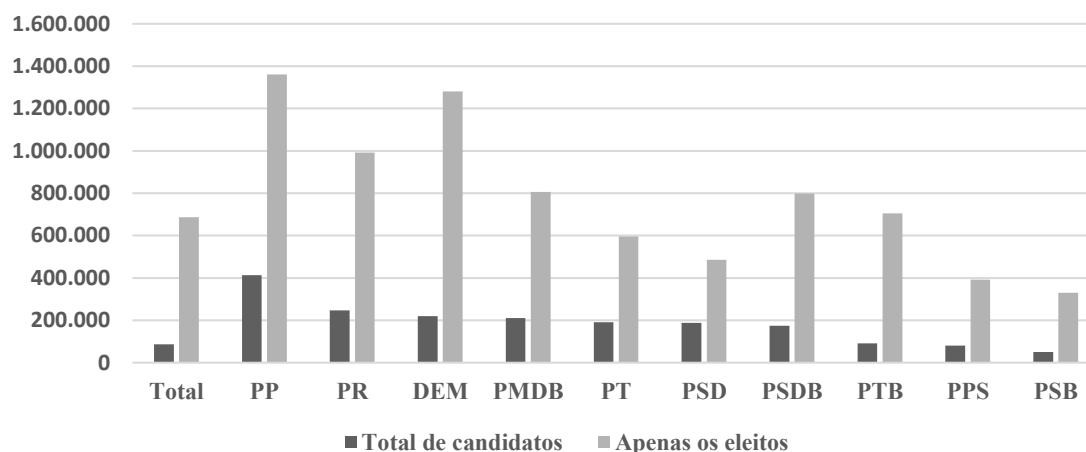
Gráfico 2. Peso das doações nas contas das candidaturas



Os resultados mostram um peso elevado das doações partidárias nas candidaturas do PR (67% entre todos os candidatos e 69% entre apenas os eleitos), do PP (63% e 66%) e do PRB (58% e 64%). De modo geral, entre aqueles com maior quantidade de eleitos, é possível vislumbrar um elevado peso das contribuições partidárias em candidaturas de partidos que podem ser classificados como médios e de direita. Entre os que menos recebem, também estão partidos considerados de porte médio, como o PSB (29%) PSD (36% e 35%). Já entre os principais partidos brasileiros, PT, PSDB e PMDB, embora possuam percentuais também elevados, aparecem em uma posição intermediária: enquanto os candidatos do PT apresentaram 42% de doações partidárias, tanto entre o total quanto entre os eleitos, o PSDB teve 39%. Já no PMDB constata-se um peso um pouco maior: 48% em todos os candidatos e 50% entre os eleitos.

Um outro modo de olhar a distribuição de recursos é a partir da média de recursos doados e a quantidade de candidatos dos partidos e daqueles que foram eleitos. O Gráfico 3 mostra esses valores médios, com valores tanto do total dos candidatos quanto dos eleitos.

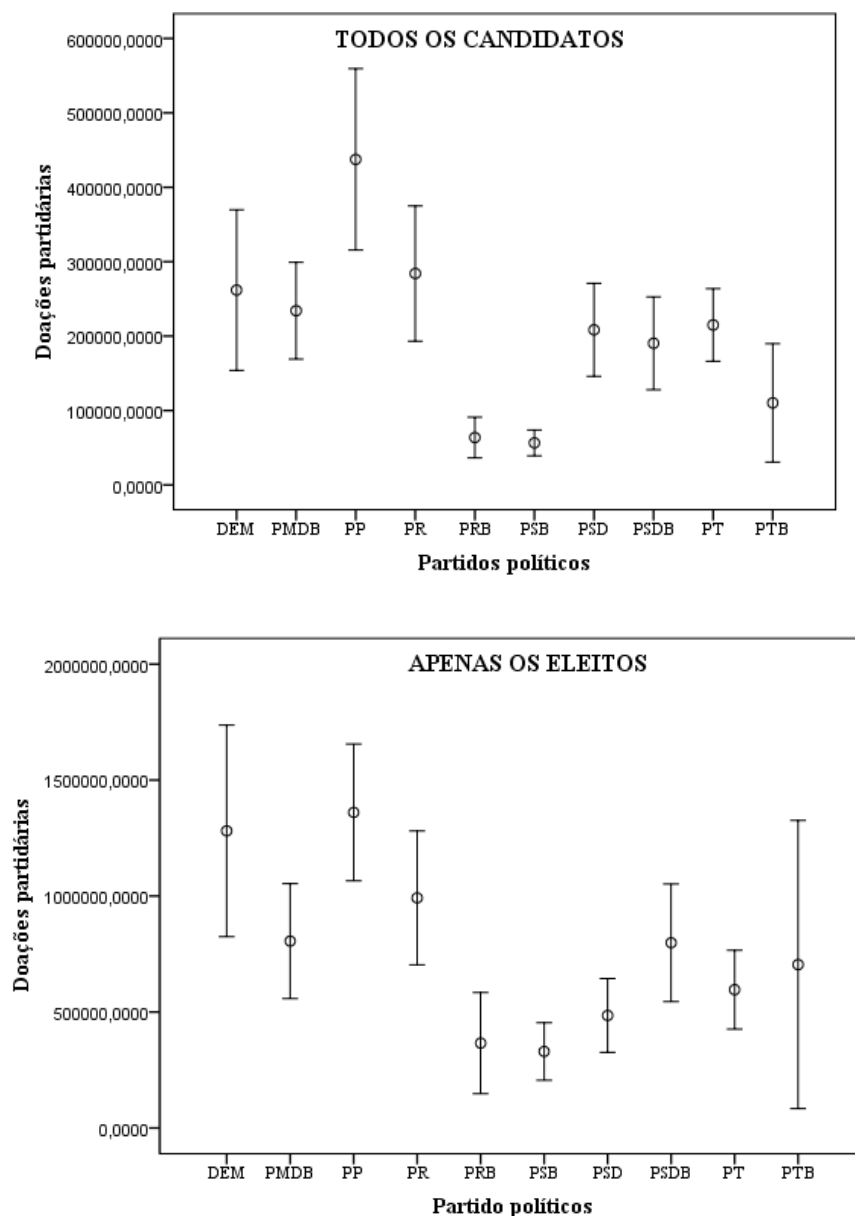
Gráfico 3. Peso das doações partidárias nas receitas dos candidatos à Deputado Federal em 2014



Antes de qualquer coisa, é importante notar a elevada diferença entre a média de doações verificadas entre o total de candidatos e os eleitos: enquanto os primeiros obtiveram R\$ 87.408 de recursos partidários em média, entre os eleitos o valor é de R\$ 687.027. Como fica claro, as candidaturas do PP (R\$413.196 e, entre os eleitos, R\$ 1.360.427), PR (R\$ 246.671 e R\$ 991.852) e DEM (R\$ 219.363 e R\$ 1.281.018) também se destacam a partir desse cálculo, evidenciando uma forte centralidade dos recursos partidários nas candidaturas de tais partidos. O PMDB, o PT e o PSDB assumem posição intermediária: entre o total dos candidatos do PMDB o valor médio de doações partidárias foi de R\$ 210.801, já entre os eleitos a média foi de R\$ 805.880; no PT constatou-se R\$191.374 entre todos candidatos e R\$596.139 entre os eleitos. Já no PSDB, o valor de doações partidárias médias entre o total foi de R\$ 174.955 e, entre os eleitos, R\$ 798.514.

Os gráficos seguintes mostram a barra de erros tanto para os eleitos quanto para o total dos candidatos, apresentando a representação gráfica da média e do intervalo de confiança da média das doações feitas pelos partidos aos candidatos. Com tais gráficos, é possível verificar até que ponto as diferenças das médias assinaladas no parágrafo anterior possuem significância estatística.

Gráfico 4. Barras de erros das doações partidárias aos candidatos

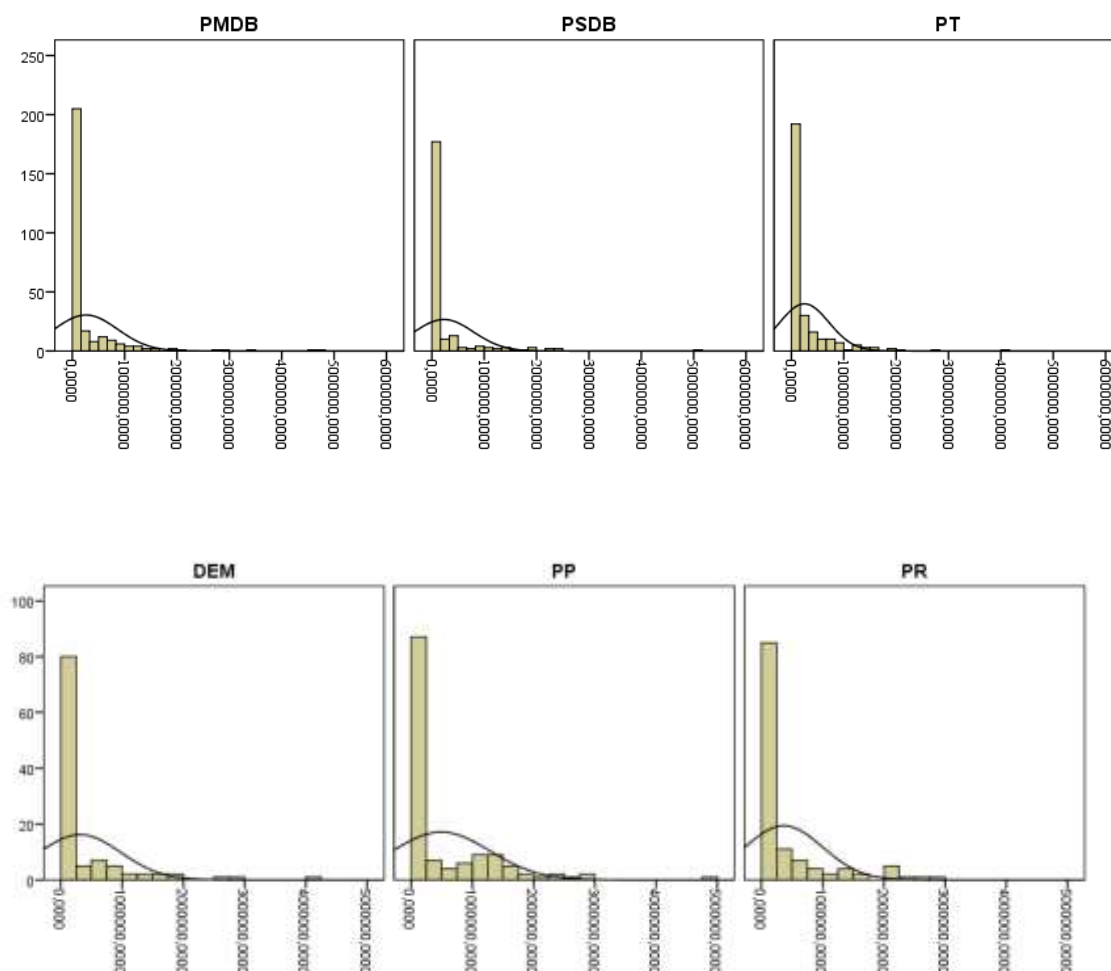


De maneira geral, os gráficos mostram que o DEM, o PR e, principalmente, o PP possui um valor médio de doações significativamente distinto e elevado da maior parte dos partidos selecionados. No caso do DEM, mesmo com um grande intervalo, ele se destaca frente ao PRB, PSB, PSD e PT. Embora o PSDB tenha uma média de doações partidárias mais elevadas a seus candidatos, ela é próxima a do PT, dentro do intervalo de confiança. Ou seja, não é possível identificar diferenças significativas entre as doações partidárias médias dos candidatos de dois dos principais partidos políticos brasileiros.

Os histogramas seguintes buscam tratar da concentração ou dispersão de recursos feitas pelos candidatos, o que permite pensar a respeito das estratégias das lideranças em

relação aos recursos partidários. Para fins de facilitar a observação, foram selecionados dois conjuntos de partidos: aqueles que se destacaram nos gráficos anteriores, DEM, PP e PR, e os três principais partidos brasileiros, PMDB, PSDB e PT. Também foram excluídos do gráfico os candidatos que não receberam recursos dos partidos políticos.

Gráfico 5. Histogramas das doações partidárias candidatos a Deputado Federal (Total)

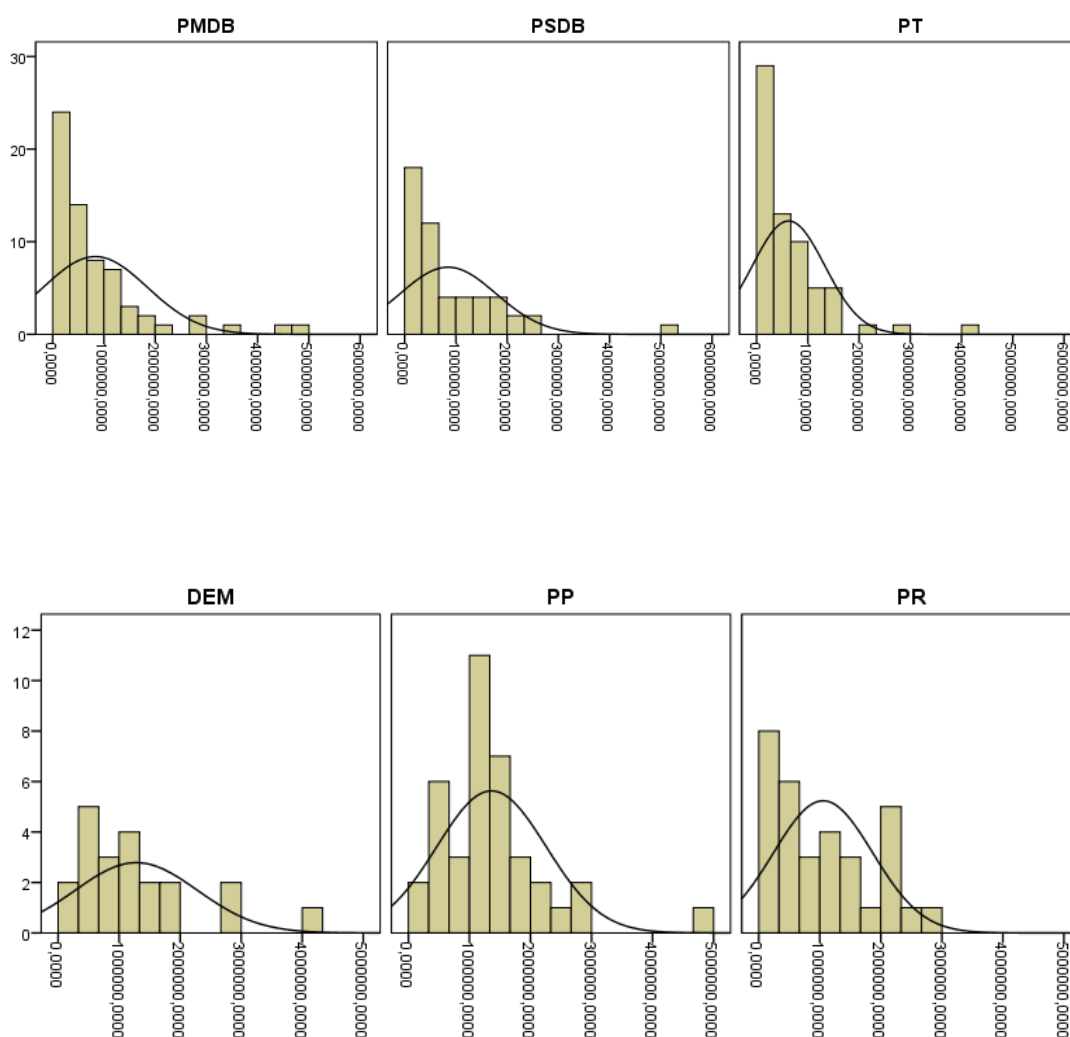


Como fica evidente, é possível observar que todos os partidos têm uma distribuição fortemente inclinada para esquerda, o que significa uma elevada quantidade de candidatos com pequenas quantias recebidas pelos partidos. Em relação às diferenças dos partidos selecionados, o PSDB, o PMDB e o DEM destacam-se por ter uma distribuição ainda mais concentrada em “poucos”. Já o PT, o PP e o PR possuem uma curva um pouco menos inclinada e pontiaguda, indicando uma maior dispersão de

recursos em mais candidatos⁶. Assim, mesmo com esse padrão comum, identifica-se algumas pequenas diferenças, com alguns partidos dispersando uma maior quantidade de recursos.

Os próximos histogramas (Gráfico 6) mostram a distribuição das candidaturas eleitas nos partidos selecionados.

Gráfico 6. Histogramas das doações partidárias candidatos a Deputado Federal (Eleitos)



Quando olhamos apenas os eleitos, é possível vislumbrar algumas diferenças mais claras. Enquanto nos maiores partidos, a curva permanece mais concentrada à esquerda,

⁶As estatísticas de Kurtosis (que indica o quão “pontaguda” é a distribuição) são as seguintes: DEM 15,841, PMDB 27,205, PP 8,671, PR 6,074, PSDB 31,709, PT 22,911. Já a estatística de Skewness, que mostra a direção da inclinação, apresentou os seguintes valores: DEM 3,616; PMDB 4,654, PP 2,503, PR 2,568, PSDB 4,804, PT 4,009.

com uma maior alocação de recursos em poucas candidaturas vitoriosas. Quando olhamos o DEM, PP e PR, é possível identificar uma maior dispersão de doações em uma maior quantidade de candidatos⁷. Mesmo podendo ser explicada pela diferença do número de candidatos eleitos, é possível notar uma distribuição de recursos mais concentradas entre os candidatos eleitos dos três maiores partidos, diferente do que ocorre nos demais.

Os resultados apresentados mostram um retrato ainda complexo de distribuição de recursos partidários feitos pelos principais partidos políticos brasileiros. É interessante notar que, mesmo sendo elevada nos partidos investigados, tais doações têm maior peso em partidos médios que, normalmente, são classificados à direita na escala ideológica. Além disso, salta aos olhos a importância de tais recursos partidários em candidatos do PP e do DEM que, nos últimos anos, têm atravessado um visível enfraquecimento. Além disso, os novos partidos PR e PRB também ganham destaque pela proeminência das doações de partidos em nas contas de seus candidatos. Já nos candidatos dos partidos que têm protagonizado a disputa nacional (PT e PSDB), identifica-se um peso moderado das doações partidárias, o que pode indicar uma maior proximidade direta com outras fontes de doação.

5. Os representantes de interesses e as doações partidárias

Para tornar possível a análise da distribuição de recursos para representantes de interesses específicos, o presente trabalho contará com uma importante limitação: apenas os candidatos eleitos serão investigados nessa parte. Isso se deve à utilização de duas classificações que se dirigem apenas aos eleitos: o repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e a organização feita a cada legislatura pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)⁸. Além disso, a análise contará com a análise de duas bancadas suprapartidárias, que representam interesses sociais específicos: os sindicalistas e os evangélicos. É importante destacar que, em outro estudo (Borges, 2013), constatei que tais grupos de parlamentares recebiam, em média, menor quantidade de recursos de

⁷ Kurtosis: DEM 2,335; PMDB 5,733; PP 6,301; PR -0,885; PSDB 7,087; PT 9,054; Skewness: DEM 1,398; PMDB 2,272; PP 1,936; PR 0,531; PSDB 2,177; PT 2,531

⁸ Trata-se de um problema que deverá ser sanado em estudos posteriores. A ideia é classificar também candidatos razoavelmente competitivos, com uma quantidade de votos significativa, mas que não foram eleitos.

empresas que os demais. Tratam-se de evidências que justificam o estudo dessas importantes bancadas que, talvez, possuam vínculos com setores específicos do eleitorado como nenhum outro.

A tabela seguinte apresenta a distribuição de candidatos eleitos das bancadas escolhidas em seus partidos.

Sindicalistas	%	Evangélicos	%
PT	59	PRB	21
PC do B	8	PSC	12
PSDB	8	PR	10
PDT	6	PSDB	7
PSB	6	PSD	7
SD	4	PMDB	7
PSOL	4	SD	7
PV	2	PSB	5
PRB	2	PT	4
PR	2	PTB	4
Total (51 casos)	100	PP	3
		PDT	3
		DEM	3
		Outros	8
		Total (74 casos)	100

Fonte: DIAP e organização própria

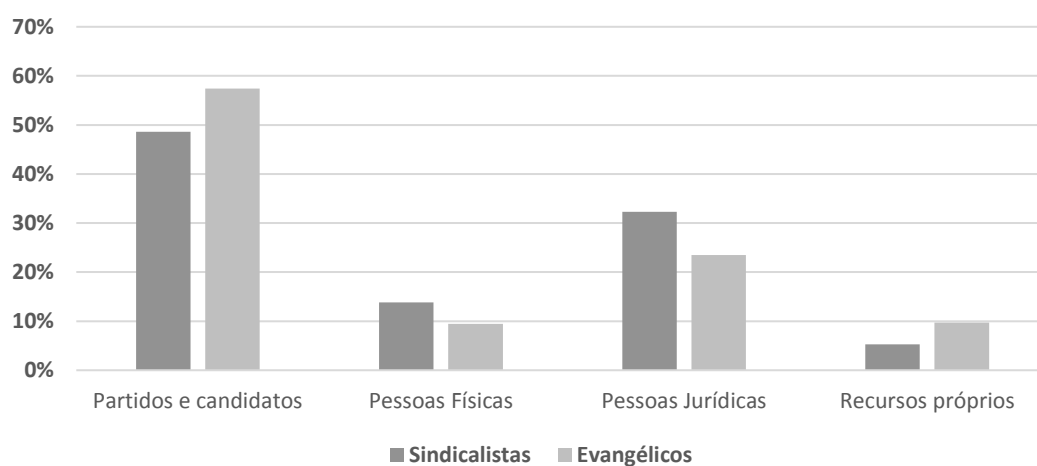
Como era esperado, há grande concentração dos sindicalistas no PT, com 60% dos 51 candidatos eleitos identificados. Embora com um percentual bem abaixo, outros partidos de “esquerda” se destacam: PC do B (8%), PDT e PSB (6%) e o PSOL (4%). Uma indagação que pode se fazer é relativa ao peso dos sindicalistas nas bancadas desses partidos. Ou seja, a bancada sindical se concentra em partidos de esquerda e, especialmente, naquele com a maior quantidade de candidatos eleitos, o PT. Já no caso dos evangélicos, há uma maior dispersão entre os partidos, com o destaque para partidos considerados pequenos e de direita: o PRB (21%), o PSC (12%) e o PR (10%). O PSDB, o PSD, o PMDB e o SD contaram com 7% dos 74 candidatos eleitos identificados como evangélicos.

Assim, constatam-se diferenças ideológicas, de dispersão e no tamanho dos partidos. Enquanto os “evangélicos” se dispersam mais no sistema partidário, com uma

maior presença em partidos pequenos de direita, entre os evangélicos constata-se uma alta concentração em um único grande partido de esquerda, o PT.

O próximo gráfico (Gráfico 7) apresenta o peso das doações partidárias em relação às demais fontes, indicando o quanto os candidatos dependeram dos recursos dos partidos políticos.

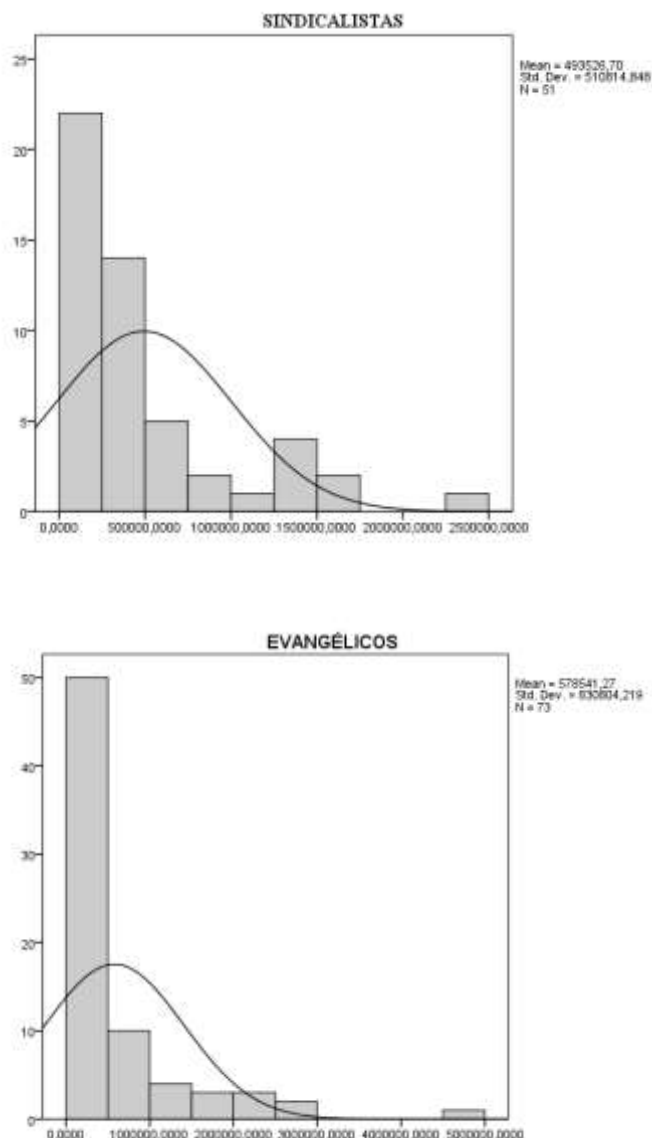
Gráfico 7. Percentual das doações partidárias nas contas dos candidatos por grupo supra-partidário



Como mostra o Gráfico 7, constata-se um percentual mais elevado das doações partidárias nas receitas dos candidatos eleitores reconhecidos como evangélicos (57%) que entre os sindicalistas (49%). Apesar dessa diferença, é importante destacar que, entre os dois grupos, as doações feitas pelos partidos têm maior peso que aquelas feitas por pessoas jurídicas (32% entre os sindicalistas e 23% entre os evangélicos) ou físicas (14% e 9%, respectivamente). Ou seja, de modo geral, constata-se uma menor presença de recursos privados entre os evangélicos, que possuem um percentual de presença de recursos próprios um pouco mais elevado que entre os sindicalistas (10% contra 5%)

Os histogramas seguintes apresentam a distribuição dos recursos partidários entre os grupos selecionados, que permitem avaliar a dispersão ou concentração de recursos dos partidos.

Gráfico 8. Histogramas das doações partidárias aos candidatos eleitos das bancadas suprapartidárias selecionadas



De modo geral, constata-se que, os candidatos considerados “sindicalistas” contaram com uma distribuição mais dispersa de recursos, com uma curva menos inclinada para a esquerda que entre os evangélicos. Ou seja, entre o segundo grupo, constatou-se que as doações de partidos se concentraram em poucas lideranças.

Como foi visto, alguns partidos se destacaram nas doações à tais grupos, como o PT entre os sindicalistas e o PRB e o PSC entre os evangélicos. A próxima tabela apresenta mostra os percentuais e as médias das doações desses partidos para tais grupos, em relação ao total de candidatos eleitos.

Tabela 2. Os partidos e o financiamento às bancadas de interesse					
		%	Soma	Média	N
PT	Demais	61%	24.751.000	634.635	39
	Sindicalistas	39%	16.025.000	534.167	30
	Total	100%	40.776.000	590.953	69
PRB	Demais	60%	4.595.800	765.967	6
	Evangélicos	40%	3.091.200	206.080	15
	Total	100%	7.687.000	366.048	21
PSC	Demais	36%	1.039.500	259.875	4
	Evangélicos	64%	1.878.800	208.753	9
	Total	100%	2.918.300	224.483	13

Os resultados da tabela 2 mostram que, no PT, os candidatos eleitos “sindicalistas” conquistaram um volume médio de doações inferior às dos demais candidatos, com R\$ 534.167, contra R\$ 634.635. Tal investimento mais acentuado em outras candidaturas também fica evidente quando observamos o volume total de recursos doados: os membros da bancada sindical petista receberam 39% dos recursos partidários, enquanto 61% foram destinados aos demais candidatos eleitos. Já em relação ao PRB e o PSC, constatam-se diferenças importantes. Enquanto no primeiro, os evangélicos recebem uma menor quantidade de recursos (40%), no PSC, a relação se inverte, com 64% das doações do partido sendo destinadas aos candidatos identificados como evangélicos.

Tais dados apontam para diferenças importantes no modo como os partidos lidam com representantes de grupos sociais. A diferença entre o PRB e o PSC sugere uma heterogeneidade das estratégias de alocação de recursos, que podem ser pensadas a partir de diferenças entre os dois partidos e das lideranças evangélicas que se candidataram. Enquanto o PRB possui uma relação mais próxima com uma igreja evangélica (a Igreja Universal do Reino de Deus), o PSC tem como característica a ascensão de lideranças midiáticas, como Marcos Feliciano e Eduardo Bolsonaro. Ou seja, apesar de serem “pequenos” e de estarem próximos ideologicamente, tais partidos demonstraram investir em seus candidatos de maneira distinta, quando olhamos o vínculo religioso.

6. Considerações finais

Embora presente em muitas obras clássicas dos partidos políticos, a discussão relativa ao financiamento de campanhas permanece secundária em suas preocupações. Trata-se de uma lacuna que impulsionou o presente estudo, que consistiu em um esforço exploratório tanto na construção teórica quanto na investigação empírica. Em relação à produção bibliográfica levantada, foi enfatizada a existência de uma preocupação com a relação do financiamento de campanhas com a vitalidade dos sistemas partidários e das organizações partidárias. Inspirado no clássico trabalho de Angelo Panebianco, partiu-se da ideia do partido como condicionado tanto por impulsos de expandir seus domínios, quanto por conformar as forças internas que compõem seus quadros. Assim, ressaltou-se especificidades no modo como cada partido lida com os desafios impostos pelas eleições, mesmo esses com impulsos institucionais comuns.

Os resultados apresentados mostraram evidências que ainda carecem de maior esforço analítico para sua compreensão. De modo geral, identificou-se um peso maior de doações partidárias de alguns partidos médios e pequenos, que estão localizados à direita na escala ideológica. Quando olhamos a distribuição de recursos para candidatos eleitos de duas importantes bancadas suprapartidárias, foram identificadas algumas diferenças significativas. Entre os evangélicos, constatou-se uma variação de doações feitas pelos dois partidos de maior presença de candidaturas: enquanto no PSC, foram identificados maior volume de recursos partidários nos candidatos “evangélicos”; no PRB, constatou o inverso, com candidatos “não-evangélicos” recebendo maior quantidade de recursos. No caso da “bancada sindicalista”, constatou-se uma quantidade menor de recursos por parte do PT. Tratam-se de evidências que sugerem a necessidade de se atentar para vínculos associativos dos partidos políticos e candidatos, como, por exemplo, com os sindicatos e com algumas igrejas evangélicas, como a Igreja Universal do Reino de Deus.

Longe de sugerirem conclusões, o presente trabalho proporcionou a emergência de possibilidades de investigação em estudos partidários futuros. Alguns elementos apareceram como importantes para compreender essas variações, que merecem ser aprofundados. Além do tamanho do partido e do posicionamento ideológico, também é necessário investigar os efeitos dos vínculos de candidatos partidos com associações trabalhistas e religiosas. A permeabilidade e o impacto de determinadas lideranças midiáticas também merecem maior atenção, que podem se constituir como importantes atrativos para os partidos receberem recursos externos e, assim, intensifiquem suas

doações. Tratam-se de possibilidades de investigação, que deverão ser incorporados em trabalhos que deverão propor explicações a respeito do fenômeno investigado.

Bibliografia Citada

BRAGA, Maria do Socorro, BOURDOUKAN, Adla. “Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

BOAS, T.C.; HIDALGO, F.D.; RICHARDSON, N.P. (2014). The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, 76(2), pp. 415-429.

BORGES, Tiago D. P. (2013) Candidatos, partidos políticos e interesses empresariais: um estudo sobre o financiamento empresarial de campanhas para Deputado Federal. Tese de doutorado em Ciência Política. USP, 2013.

_____ (2016). “O financiamento empresarial e as campanhas legislativas de 2014: uma análise exploratória das doações diretas aos candidatos a Deputado Federal”. *Política & Sociedade*, Vol. 15 - Nº 32 - Jan./Abr. de 2016.

CERVI, E.U. (2010). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, pp. 135–167.

CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. (2008). Political Connections and Preferential Access to Finance: The Role of Campaign Contributions. *Journal of Financial Economics*, 88, pp. 554–580.

KINZO, Maria D’Alva “Funding parties and elections in Brazil”. In: BURNELL, Peter, WARE, Alan (eds.). *Funding Democratization*. London/New Brunswick : Transaction Publishers, 1998.

KICHHHEIMER, Otto. “The Transformation of the Western European Party System”. In: LAPALOMBARA, J. WEINER, M. *Political Parties and Political Development*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press. pp. 177-200, 1966.

KATZ, Richard S., e MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, 11, pp. 5-28, 1995.

_____. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspective on Politics*, 7 (04), 2009.

KRAUSE, Silvana, REBELLO, Maurício, SILVA, Josimar G. (2015), “O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem?”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, pp. 247-272.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil*. Rio de Janeiro/ Porto Alegre: FGV Editora/Mercado Aberto, 2001.

MANCUSO, Wagner P. “Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa”. *Revista de Sociologia e Política*. vol.23 no.54, 2015.

MULÉ, Rosa. “Financial uncertainties of party formation and consolidation in Britain, Germany and Italy: the early years in theoretical perspective”. In: BURNELL, Peter, WARE, Alan (eds.). *Funding Democratization*. London/ New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, Vitor de M. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. Tese de doutorado em Ciência Política. IUPERJ. 2010

_____. “Financiamento de campanhas nas eleições legislativas brasileiras em 2010”. *Em Debate*, Belo Horizonte, vol. 6, p. 36-54, 2014.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Limits of Self-Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. "El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil". *Revista de ciência política*. (Santiago) [online]. 2013, vol.33, n.3, pp. 607-629.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno (2012). “Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006”. *Opin. Publica* vol.18 no.1 Campinas.

SAMUELS, David. “Incumbents and challengers on a level playing field: assessing the impact of the finance campaign in Brazil”. *The Journal of Politics*, Vol. 63, nº 2, 2001.

_____. “When does every penny count? Intra-party Competition and Campaign Finance in Brazil”. *Party Politics*, Vol 7. No.1 pp.89-102, 2001.

_____. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 64, No. 3, August 2002, Pp. 845-863

SANTOS, Manoel. (2011). “O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados”. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

_____ (2014). “Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda Legislativa da Indústria”. *RIEL: Revista ibero-americana de estudos legislativos*, N.1, Rio de Janeiro: FGV.

SANTOS, Manoel Leonardo; SILVA, Mariana Batista da; FILHO, Dalson Britto Figueiredo and ROCHA, Enivaldo Carvalho da. *Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados*. Opin. Publica [online]. 2015, vol.21, n.1, pp.33-59. ISSN 0104.

SARTORI, Giovanni. *Partidos políticos e sistemas partidários*. Brasília: Editora UNB, 1982.

SPECK, Bruno W., CERVI, Emerson U. (2016). “O peso do dinheiro e do tempo do rádio e TV na disputa de voto para prefeito”. In: LAVAREDA, A, TELLES, H. (org). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

WARE, Alan, “Conclusion”. In: BURNELL, Peter, WARE, Alan (eds.). *Funding Democratization*. London/New Brunswick : Transaction Publishers, 1998.

WEBER, Max. *Escritos Políticos*. Martins Fontes: São Paulo: 2014